

A mãe judia de Jesus de Nazaré

10/05/2019

Maria Clara Lucchetti Bingemer
teóloga, professora do Departamento de Teologia da PUC-Rio

Muitas vezes nos perguntamos, aqueles que praticamos a fé cristã e ainda mais os que a estudamos nos cursos de Teologia, por que a enorme importância dada a Maria, mãe de Jesus, dentro do Cristianismo. As razões para essa perplexidade são muitas: a pouca quantidade de textos evangélicos que a mencionam, as afirmativas da exegese mais rigorosa de que esses mesmos textos não estão próximos ou afinados aos mais antigos e, portanto, não podem ser remetidos ao Jesus Histórico, já havendo recebido grande influência interpretativa das primeiras comunidades cristãs. Acrescenta-se o fato de alguns evangelhos pouco ou nada mencionarem Maria, ficando sua presença explícita no texto restrita apenas a Mateus e Lucas.

Por que então essa presença pequena, menor quantitativamente nos textos revelados, foi se impondo de maneira tão impressionante, a ponto de hoje, no Catolicismo e na Ortodoxia, ou seja, na maior parte do mundo cristão, ter uma posição tão central não apenas na revelação cristã, mas em tudo que se tornou o cristianismo histórico, a posteriori dessa mesma revelação?

Parece-nos que a razão deve ser buscada não tanto no Cristianismo, e sim no Judaísmo, que foi o berço do próprio Cristianismo. Após a volta do exílio da Babilônia, quando o povo eleito, sob a guia de Esdras, deu a si mesmo a reforma da Lei mosaica, fixando assim definitivamente as bases de sua fé monoteísta, várias questões práticas para a identidade do povo tiveram que ser firmemente estabelecidas. E uma delas foi um maior rigor quanto à pertença ao povo. E isso estava ligado à linhagem e aos pais biológicos daqueles que nascessem e pretendessem integrar o conjunto do povo de Israel.

Consideraram então os que, reunidos em Assembleia, tomavam decisões sobre o futuro de seu povo, que os filhos nascidos de estrangeiras que não se haviam unido a Deus em aliança não seriam contados entre os filhos de Israel.

A razão da Corte Mosaica é simples de entender. É sempre possível ter certeza da mãe de uma criança. Já o pai, naquele momento, seria muito difícil de determinar em caso de dúvida.

Além disso, Israel estava em situação vulnerável no exílio, como uma nação em servidão. Não é razoável imaginar que os israelitas teriam tido fácil acesso, por exemplo, a virgens babilônias, jamais tocadas por homens. Ademais, as situações de estupro de mulheres eram muito frequentes naquelas sociedades. Isso tornava ainda mais problemática a identificação da criança. Em sendo assim, a Corte Mosaica optou pelo óbvio, a saber, a decisão pela matrilinearidade, como única solução possível que asseguraria que a criança era, de fato, israelita. Essas crianças, juntamente com suas mães, foram despedidas pelos judeus, e retornaram para seus lares na Babilônia.

Tal matrilinearidade, enquanto identificação positiva de identidade, pode ser fundamentada na Torá por diversos ângulos. E foi o que a Corte Mosaica decidiu fazer para sustentar sua deliberação. A fundamentação ocorre a partir de Deuteronômio 7,3-4 : *“Não se casem com pessoas de lá. Não dêem suas filhas aos filhos delas, nem tomem as filhas delas para os seus filhos, pois elas desviariam seus filhos de seguir-me para servir a outros deuses e, por causa disso, a ira do Senhor se acenderia contra vocês e rapidamente os destruiria.”*

Toda essa raiz histórica da importância da mãe judia para a identidade do povo de Israel explica muitas coisas. Como, por exemplo, a severidade na punição do adultério, que representaria um perigo, uma vez que poderia gerar filhos não judeus, já que não se sabia quem era o parceiro sexual da mulher surpreendida em adultério. Mas também traz uma firmeza positiva em relação aos filhos legítimos das judias. E gera um respeito imenso pelo lugar da mãe na sociedade.

Na mulher mãe está a fonte da vida e da vida consagrada a Deus, na pertença ao povo e na aliança irrevogável com Deus. Em seu ventre repousa o segredo da Aliança. E por isso esse ventre que gera e dá à luz, esses peitos que amamentam os filhos do povo, serão louvados e cantados em todos os tons pelo povo de Israel. Como em Lc 11,27: *Bem-aventurado o ventre que te trouxe e os peitos que te amamentaram!*

É verdade que os evangelhos, já escritos quando a comunidade cristã rompia com a exclusividade da conexão com a sinagoga e acolhia em seu seio gentios de todas as procedências do mundo antigo, mostram Jesus insistindo que muito mais bem aventurados que os que saem do ventre de uma mãe judia, como ele, são os que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática. No entanto, a comunidade cristã igualmente viu que Maria, a mãe do Mestre, entrava nas duas categorias. Judia fiel, levou no ventre e amamentou ao peito o filho que depois falaria às multidões, faria milagres e anunciaria a todos o Reino de Deus. Porém, não menos foi aquela que viveu plenamente a obediência, que significa ouvir a Palavra de Deus e colocá-la em prática.

Mãe judia do homem Jesus, a Igreja proclama Maria igualmente “Theotokos”, ou seja, mãe de Deus. E é Paulo que proclama com força, em sua carta aos Gálatas, que por ela chegou a plenitude dos tempos. “Na plenitude dos tempos Deus enviou seu Filho nascido de mulher”. Maio é o mês dessa mulher. É também o mês das mães, de todas aquelas que carregam em seus ventres os legítimos filhos de um povo que espera a libertação e espera contra toda esperança.